

AVISO DE ABERTURA DE CONCURSO

AAC N.º 03 /2025

**Apoio aos Polos de Receção e aos Centros de Recuperação para a Fauna Selvagem –
REQUALIFICAÇÃO e FUNCIONAMENTO**

Data de abertura do Aviso: 19 de maio de 2025

1. ENQUADRAMENTO

A Rede Nacional de Centros de Recuperação para a Fauna, abreviadamente designada por RNCRF, foi criada pela Portaria n.º 1112/2009, de 28 de setembro.

Por causas naturais ou outras atribuídas à ação do homem, muitos animais selvagens são encontrados feridos ou debilitados. Para além destes, por aplicação da legislação relativa à proteção das espécies indígenas, designadamente as Diretivas Comunitárias Aves e Habitats e a Convenção Relativa à Conservação da Vida Selvagem e dos Habitats Naturais da Europa (Convenção de Berna, são recolhidos ou apreendidos animais selvagens que necessitam de acolhimento, tratamento e recuperação. Para dar resposta a estas situações, entidades públicas e privadas são responsáveis por um conjunto de polos de receção e centros de recuperação de animais selvagens. Estes locais respondem às exigências de carácter regulamentar, éticas e outras, quanto a assegurar adequadamente o tratamento, o bem-estar, a recuperação e, sempre que possível, a restituição ao meio natural.

A RNCRF é constituída por estruturas que permitem a receção de espécimes selvagens de fauna indígena ou naturalizada, nomeadamente os abrangidos pelas diretivas e convenções internacionais de conservação da natureza e da biodiversidade, o seu tratamento, a sua recuperação e a sua posterior devolução ao meio natural.

Esta rede integra dois tipos de estruturas: os polos de receção — locais aptos para a receção, a prestação de primeiros socorros e a manutenção de animais por um curto período de tempo, adiante designados por polos; e os centros de recuperação — locais aptos para receber e manter animais com o fim de os recuperar de danos físicos e comportamentais.

O presente Aviso visa o apoio a fundo perdido de parte do investimento a realizar pelas entidades gestoras de centros de recuperação para a fauna.

Com esta iniciativa pretende-se contribuir para a requalificação e para a melhoria efetiva das estruturas e das infraestruturas existentes na RNCRF, que são estruturas que permitem a receção de espécimes selvagens da fauna indígena, nomeadamente dos abrangidos pelas diretivas e convenções internacionais de conservação da natureza e da biodiversidade, o seu tratamento, a sua recuperação ou a sua reprodução e a sua posterior devolução, sempre que possível, ao meio natural.

Pretende-se, desta forma, apoiar a requalificação de estruturas e infraestruturas associadas aos polos de receção e aos centros de recuperação de fauna.

Neste contexto, o Fundo Ambiental estabelece-se como a plataforma de investimento no apoio de políticas ambientais para a prossecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável, contribuindo para o cumprimento dos objetivos e compromissos nacionais e internacionais, financiando entidades, atividades ou projetos que contribuam para tal.

Nos termos do Despacho n.º 3495-C/2025, de 19 de março, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 55, de 19 de março de 2025, o Fundo Ambiental deverá apoiar projetos no âmbito da Proteção e Conservação da Natureza e da Biodiversidade, direcionados ao Apoio aos Polos de Receção e aos Centros de Recuperação para a Fauna Selvagem –**REQUALIFICAÇÃO e de FUNCIONAMENTO**.

2. OBJETIVO GERAL

É objetivo geral do presente Aviso apoiar os polos de receção e os centros de recuperação para a fauna selvagem, enquanto estruturas integrantes da Rede Nacional de Centros de Recuperação para a Fauna, contribuindo para a prossecução dos seus fins, nomeadamente a receção, tratamento, recuperação, reprodução e, sempre que possível, a devolução ao meio natural de espécimes da fauna selvagem indígena ou naturalizada, abrangidos por diretivas e convenções internacionais de conservação da natureza e da biodiversidade.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

3.1. São objetivos específicos do presente Aviso apoiar:

3.1.1. A realização de investimentos para obras de manutenção, reabilitação ou construção de estruturas e infraestruturas associadas a polos de receção ou centros de recuperação para a fauna selvagem, reconhecidos nos termos da Portaria n.º 1112/2009, de 28 de setembro;

3.1.2. A melhoria das condições de acolhimento, tratamento e recuperação dos espécimes, em conformidade com o disposto no artigo 3.º da referida Portaria;

3.1.3. A aquisição de bens e serviços necessários ao funcionamento dos centros de recuperação para a fauna selvagem, reconhecidos nos termos da Portaria n.º 1112/2009, de 28 de setembro;

3.1.4. O cumprimento das funções previstas no artigo 3.º da mesma Portaria, incluindo alimentação, cuidados veterinários, transporte, monitorização, entre outros recursos indispensáveis à atividade regular dos centros.

4. TIPOLOGIAS

São passíveis de apresentação de candidatura no âmbito do presente Aviso as seguintes tipologias de operações, para a requalificação e funcionamento dos polos de receção e dos centros de recuperação para a fauna selvagem:

4.1. Tipologia 1 - Realização de obras de manutenção e de reabilitação das estruturas e infraestruturas existentes;

4.2. Tipologia 2 - Construção de novas estruturas de auxílio à recuperação dos espécimes detidos;

4.3. Tipologia 3 - Fornecimento de alimentação e de medicamentos e outros consumíveis necessários aos tratamentos e recuperação dos espécimes detidos;

4.4. Tipologia 4 - Aquisição de material informático para suporte das atividades pedagógicas, científicas e gestão da informação das instalações e aquisição de meios de seguimento dos espécimes devolvidos à natureza e de câmaras de vídeo e videovigilância;

4.5. Tipologia 5 - Aquisição de caixas de transporte de animais e de equipamentos e aquisição de material de laboratório para o tratamento dos espécimes;

4.6. Tipologia 6 - Aquisição de serviços para recolha e transporte de espécimes;

3.7. Tipologia 7 - Aquisição de serviços técnicos (por exemplo, serviços médicos veterinários ou outros devidamente justificados).

5. ÂMBITO GEOGRÁFICO

São elegíveis as candidaturas localizadas em Portugal continental.

6. BENEFICIÁRIOS

São elegíveis como beneficiários as entidades gestoras dos centros de recuperação para a fauna selvagem, reconhecidas ao abrigo da Portaria n.º 1112/2009, de 28 de setembro, e conforme consta no quadro 5, do Despacho n.º 3495-C/2025, de 19 de março, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 55, de 19 de março de 2025, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto, na sua redação atual, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto, na sua redação atual nomeadamente:

6.1 Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.;

6.2 ONGA reconhecidas/registadas no Registo Nacional das Organizações Não Governamentais de Ambiente (RNOE*), Regulamento do Registo Nacional das ONGA e Equiparadas, conforme Aviso n.º 3073/2025/2, de 03 de fevereiro - Regulamento do Registo Nacional das ONGA e Equiparadas. Listagem do extrato dos atos, realizados até 31 de dezembro de 2024, que determinaram a inscrição, modificação, suspensão ou anulação do registo;

- 6.3 Municípios;
- 6.4 Instituições de Ensino Superior e Sociedades Científicas;
- 6.5 Entidades privadas.

7. PRAZO DE EXECUÇÃO

- 7.1. As candidaturas objeto de financiamento ao abrigo do presente Aviso têm de concluir a respetiva execução financeira até à submissão do Relatório de Execução do Projeto, até 30 de novembro de 2025, conforme indicado no ponto 8.
- 7.2. Em conformidade com o estabelecido no ponto anterior, as candidaturas deverão prever nos seus cronogramas todos os eventuais procedimentos necessários e legalmente exigíveis para a implementação dos respetivos projetos e todo o tipo de autorizações necessárias para a execução dos mesmos.
- 7.3. O prazo de execução poderá ser prorrogado, mediante pedido devidamente fundamentado, submetido ao Fundo Ambiental pelo beneficiário, até 31 de outubro de 2025.

8. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

- 8.1. As candidaturas objeto de financiamento têm de apresentar um Relatório de Execução do Projeto, demonstrando a execução de todas as operações previstas, bem como todos os materiais produzidos.
- 8.2. O prazo de entrega do Relatório de Execução do Projeto é 30 de novembro de 2025.
- 8.3. O Relatório de Execução do Projeto deverá seguir a estrutura constante do anexo I ao presente Aviso, e do qual faz parte integrante.
- 8.4. O prazo previsto no ponto 8.2. poderá ser alterado nos termos do ponto 7.3..

9. DOTAÇÃO FINANCEIRA E TAXA MÁXIMA DE COFINANCIAMENTO

- 9.1. A forma do apoio a conceder às candidaturas a aprovar no âmbito do presente Aviso reveste a natureza de subvenções não reembolsáveis.
- 9.2. O apoio é concedido através do reembolso dos custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos.
- 9.3. A dotação máxima afeta ao presente Aviso é de € 1.200.000 (um milhão e duzentos mil euros), de acordo com o quadro seguinte:

Tipologias	Dotação total por tipologia	Apoio máximo por projeto	Taxa máxima de apoio
Tipologias 1 e 2	680 000,00€	60 000,00€	95% sobre o total das despesas elegíveis
Tipologias 3 a 7	520 000,00€	75 000,00€	95% sobre o total das despesas elegíveis

- 9.4. Cada candidato pode submeter apenas uma candidatura; pode candidatar-se apenas às operações previstas nas tipologias 1 e 2, ou às operações previstas nas tipologias 3, 4, 5, 6 e 7, ou a ambas as tipologias de operações, relativas à requalificação e ao funcionamento;
- 9.5. No caso de um candidato apresentar uma candidatura a ambas as tipologias de operações, relativas à requalificação e ao funcionamento, o valor do apoio para cada uma das tipologias é cumulativo.

10. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE DOS BENEFICIÁRIOS E DAS OPERAÇÕES A COFINANCIAR

- 10.1. São requisitos de admissão dos candidatos:
 - 10.1.1. Enquadrar-se na tipologia de beneficiários definida no ponto 6 deste Aviso;
 - 10.1.2. No caso das ONGA, estarem inscritas no Registo Nacional das Organizações Não-Governamentais de Ambiente e equiparadas (RNOE), à data de 31 de dezembro de 2024;
 - 10.1.3. Ter a situação tributária e contributiva regularizada perante a Administração Fiscal e a Segurança Social, demonstrada através de declaração sob compromisso de honra, conforme modelo constante do anexo II ao presente Aviso e do qual faz parte integrante;
- 10.2. São critérios de elegibilidade das candidaturas:
 - 10.2.1. Evidenciar que contribui para os objetivos gerais e específicos elencados nos pontos 2 e 3;
 - 10.2.2. Respeitar o âmbito territorial definido no ponto 5;
 - 10.2.3. Entregar todos os documentos exigidos no ponto 13, dentro dos prazos definidos no ponto 12.1;
 - 10.2.4. Apresentar uma única candidatura por polo de receção ou por centro de recuperação;
 - 10.2.5. Apresentar uma candidatura que pode abranger diferentes tipologias;
 - 10.2.6. Apresentar Relatórios Finais de Execução do biénio anterior, em caso de financiamento pelo Fundo Ambiental;
 - 10.2.7. Não haver duplo financiamento para a mesma candidatura.

11. ELEGIBILIDADE DE DESPESAS

- 11.1. São consideradas despesas elegíveis do projeto aquelas efetivamente incorridas no âmbito do mesmo e que observem os seguintes critérios:
 - 11.1.1. Estarem indicadas no orçamento global estimativo do projeto (sendo apenas permitidos desvios entre rúbricas até 10% do orçamento total do projeto);
 - 11.1.2. Ocorrerem entre 1 de janeiro de 2025 e o último dia de elegibilidade do projeto;
 - 11.1.3. Serem proporcionais e necessárias para a implementação do projeto;
 - 11.1.4. Serem utilizadas com o único propósito de alcançar o(s) objetivo(s) do projeto e resultados esperados, de uma forma consistente para com os princípios de economia, eficiência e eficácia;
 - 11.1.5. Serem identificáveis e verificáveis, em particular através do seu registo em contabilidade, e determinadas de acordo com as normas contabilísticas nacionais e princípios gerais de contabilidade;
 - 11.1.6. Cumprirem os requisitos da legislação tributária e contributiva.
- 11.2. São consideradas como despesas incorridas todas aquelas cujos custos foram faturados, pagos e objeto de entrega (em caso de bens) ou de realização (no caso de serviços ou trabalhos).
- 11.3. Satisfazendo os princípios de elegibilidade da despesa previstos no ponto 11.1, são elegíveis as seguintes despesas:
 - 11.3.1. Custos de aquisição de equipamentos com particular cumprimento dos princípios de economia, eficiência e eficácia;
 - 11.3.2. Custos com contratação de serviços para efeitos de execução do projeto e de certificação de despesas por parte de um Revisor Oficial de Contas (caso aplicável);

- 11.3.3. Custos que resultem diretamente da correta execução do contrato do projeto, incluindo certificação de contas e custos de garantias bancárias.
- 11.4. Para além de despesas que não satisfazem os princípios de elegibilidade previstos no ponto 11.1, são consideradas não elegíveis as seguintes despesas:
- 11.4.1. Despesas de consumo corrente ou despesas de funcionamento;
- 11.4.2. Juros e encargos relacionados com dívidas ou empréstimos bancários e pagamentos em atraso;
- 11.4.3. Encargos com transações financeiras e outros custos puramente financeiros, exceto os relacionados com custos de serviços financeiros impostos pelo contrato de projeto;
- 11.4.4. Reservas para perdas ou potenciais responsabilidades futuras;
- 11.4.5. Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA), quando recuperável;
- 11.4.6. Custos cobertos por outras fontes de financiamento;
- 11.4.7. Multas, penalidades e custos de litigação;
- 11.4.8. Despesas excessivas ou inadequadas aos propósitos previamente estabelecidos;
- 11.4.9. Despesas com aquisição de terrenos e imóveis.

12. PRAZO E MODO DE SUBMISSÃO DE CANDIDATURAS

- 12.1. O período para a receção de candidaturas decorrerá desde o dia 19 de maio, até às 17 horas e 59 minutos do dia 20 de junho de 2025, sendo excluídas as candidaturas submetidas após o termo do referido prazo.
- 12.2. As candidaturas devem ser submetidas através da página eletrónica do Fundo Ambiental, em www.fundoambiental.pt onde figura o presente Aviso e a ligação para o formulário da candidatura, acompanhada da documentação aplicável.
- 12.3. O formulário da candidatura deve ser devidamente preenchido e submetido pelo candidato, acompanhado de todos os documentos indicados no ponto 13 do presente Aviso, não sendo admitidos documentos remetidos por outros meios, exceto por motivos técnicos não imputáveis, em circunstância alguma, ao candidato.

13. CONTEÚDO DAS CANDIDATURAS

13.1. As candidaturas previstas no presente Aviso devem conter a seguinte informação:

13.1.1. Relativa ao beneficiário:

- a) Identificação do beneficiário e/ou líder do projeto;
- b) Número de identificação fiscal;
- c) Número de segurança social;
- d) Código de Atividade Económica, se aplicável;
- e) IBAN;
- f) Contacto institucional: nome, endereço eletrónico e número de telefone/telemóvel;
- g) Contacto do interlocutor técnico: nome, endereço eletrónico e número de telefone/telemóvel;
- h) Comprovativo da constituição da pessoa coletiva, por exemplo, certidão permanente, estatutos ou documento equivalente, quando aplicável;
- i) Declaração conjunta de constituição de consórcio (se aplicável);
- j) Comprovativo do registo da ONGA no Registo Nacional das Organizações Não Governamentais de Ambiente (RNOE), se aplicável;
- k) Comprovativo do reconhecimento como polo de receção ou como centro de recuperação integrante da Rede Nacional de Centros de Recuperação para a Fauna, ao abrigo da Portaria n.º 1112/2009, de 28 de setembro.

13.1.2. Relativa à candidatura:

- a) Identificação do beneficiário e entidades parceiras no consórcio (se aplicável): enquadramento da atividade, experiência em projetos anteriores, com foco específico em matérias de conservação da natureza e biodiversidade, e condições de articulação entre parceiros (se aplicável);
- b) Área geográfica a abranger, nomeadamente, região, concelho e freguesia onde se situa o polo de receção ou centro de recuperação;
- c) Informação específica:
 - i. Espécimes selvagens da fauna indígena alvo;
 - ii. Tipologias abrangidas;
- d) Memória descritiva:
 - i. Descrição sumária da operação;
 - ii. Objetivos principais;
 - iii. Equipa técnica (identificação dos técnicos envolvidos no projeto e sua caracterização em termos de género, idade, formação e função no projeto; demonstração da capacidade operacional da equipa, assinalando as competências e experiência ao nível da conservação da natureza e biodiversidade);
 - iv. Abordagem: apresentação de uma sinopse do projeto ou ação a apoiar, o seu contributo face aos objetivos nacionais e europeus em matéria de proteção e conservação da natureza, designadamente eixos temáticos e medidas, bem como para os objetivos gerais e específicos do presente Aviso;
 - v. Potenciais impactos de médio e curto prazo do projeto ou ação a apoiar, para os envolvidos e, se relevante, para o público-alvo, incluindo a definição de indicadores de monitorização/impacto e respetivas metas a alcançar;
 - vi. Sustentabilidade: demonstração da continuidade do projeto ou ação a ser desenvolvido;
 - vii. Disseminação: comunicação e disseminação de resultados;
- e) No caso de requalificação o Parecer prévio do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., relativamente à relevância das obras a realizar quando em instalações que são propriedade deste instituto, que deverá ser solicitado a esta entidade única e exclusivamente através do endereço eletrónico dcnb@icnf.pt, até 15 (quinze) dias úteis antes da data limite de submissão de candidaturas, sendo que o parecer deverá ser emitido por esta entidade no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, findo o qual, e em caso de não pronúncia, se considera haver um parecer positivo.
- f) Descrição sumária das fases de trabalho e atividades desenvolvidas e/ou a desenvolver, através de um cronograma de Gantt (Ano e meses);
- g) Mapa de quantidades e respetivo orçamento unitário e global;
- h) Montante a financiar e sua justificação devidamente sustentada, tendo por referência o estabelecido no orçamento;
- i) Outra informação relevante para descrição, justificação e alcance ambiental da candidatura proposta;
- j) Eventuais riscos e constrangimentos, incluindo a identificação de potenciais obstáculos à implementação do projeto e respetivas medidas de contingência.

13.2. O conjunto dos documentos relativos à memória descritiva não deve exceder um total de 10 páginas A4, redigidas no tamanho mínimo de letra 11, espaçamento entre linhas múltiplo de 1,15 e espaço entre parágrafos de, pelo menos, 6 pontos.

14. ANÁLISE, AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DAS CANDIDATURAS

- 14.1. A análise das candidaturas, que inclui a verificação formal dos requisitos de admissão dos candidatos e de elegibilidade das candidaturas, cabe ao Fundo Ambiental.
- 14.2. Para a análise das candidaturas podem ser solicitados elementos aos candidatos, os quais devem responder no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do dia útil imediatamente seguinte ao envio da notificação, sendo que os esclarecimentos prestados fazem parte integrante das candidaturas.
- 14.3. A não prestação dos esclarecimentos solicitados, nos termos do número anterior, implica a análise da candidatura com os documentos disponíveis.
- 14.4. Concluída a análise pelo Fundo Ambiental é elaborada uma lista das candidaturas admitidas e excluídas, acompanhada da necessária fundamentação, devidamente notificada aos candidatos para cumprimento do direito de audiência de interessados.
- 14.5. A avaliação das candidaturas, que inclui a análise de mérito dos critérios de elegibilidade das mesmas, cabe ao Fundo Ambiental, em conformidade com o modelo de avaliação constante do anexo III ao presente Aviso e do qual faz parte integrante.
- 14.6. Para a avaliação das candidaturas podem ser solicitados esclarecimentos aos candidatos, os quais devem responder no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do dia útil imediatamente seguinte ao envio da notificação, sendo que os esclarecimentos prestados fazem parte integrante das candidaturas.
- 14.7. A não prestação dos esclarecimentos solicitados, nos termos do número anterior, implica a avaliação da candidatura com os documentos disponíveis.
- 14.8. Apenas são elegíveis para a atribuição do financiamento as candidaturas cujo valor da Pontuação Global (PG) seja igual ou superior a 3.
- 14.9. Concluída a avaliação das candidaturas, o Fundo Ambiental elabora um Relatório Preliminar fundamentado, no qual deve propor a ordenação decrescente das mesmas, de acordo com o valor obtido, que contempla a “lista ordenada de candidaturas (elegíveis e não elegíveis)” e a “lista de candidaturas aprovadas para financiamento”.
- 14.10. Em caso de empate serão considerados, consecutivamente, os critérios de candidaturas com maior pontuação no critério C-Plano de implementação do projeto, D-Conceção, justificação e qualidade técnica da proposta, B- Custo e exequibilidade e, por último, A-Convergência do projeto com a missão do polo de receção ou do centro de recuperação para a fauna onde é proposto (conforme anexo II ao presente Aviso).
- 14.11. A seleção das candidaturas para atribuição de financiamento é efetuada de acordo com a lista ordenada de candidaturas elegíveis, até ser esgotado o montante disponível para financiamento.

15. AUDIÊNCIA PRÉVIA, APROVAÇÃO E COMUNICAÇÃO DA DECISÃO AOS BENEFICIÁRIOS

- 15.1. O direito de audiência prévia dos interessados realiza-se por escrito e no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do dia útil imediatamente seguinte ao da notificação do projeto de decisão, constante do Relatório Preliminar, através da área reservada ao presente Aviso, em www.fundoambiental.pt, nos termos do artigo 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.
- 15.2. Cumprido o disposto no número anterior, o Fundo Ambiental elabora um Relatório Final fundamentado, no qual pondera as observações dos candidatos efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do Relatório Preliminar.
- 15.3. O Fundo Ambiental pode ainda propor a exclusão das candidaturas se verificar a ocorrência de qualquer motivo relacionado com a verificação formal dos requisitos de admissão dos candidatos e de elegibilidade das candidaturas.
- 15.4. A aprovação do Relatório Final, que inclui a “lista ordenada de candidaturas (elegíveis e não elegíveis)” e a “lista de candidaturas aprovadas para financiamento”, cabe ao diretor do Fundo Ambiental.
- 15.5. Após aprovação pelo diretor do Fundo Ambiental, os candidatos são notificados da decisão final que recaiu sobre as candidaturas, mediante disponibilização, para o efeito, do Relatório Final.

16. CONTRATO

- 16.1. Cumprido o disposto no número anterior, o Fundo Ambiental celebra um contrato com cada um dos beneficiários, em prazo não inferior a 20 (vinte) dias úteis, a contar da data da notificação do Relatório Final;
- 16.2. Para efeitos da celebração do contrato, os beneficiários são notificados para, no prazo até 5 (cinco) dias úteis, remeterem a seguinte documentação:
 - 16.2.1. Declaração de consentimento para consulta da situação tributária e contributiva do beneficiário, relativamente à administração fiscal e a segurança social, respetivamente;
 - 16.2.2. Certificado da Direção de Serviços do IVA, comprovativo do enquadramento do beneficiário e das atividades a desenvolver no âmbito da operação, em termos de regime de dedução do IVA suportado com o investimento previsto na operação ou comprovativo do pedido junto da Direção de Serviços do IVA;
 - 16.2.3. Outros documentos respeitantes ao pagamento do financiamento.
- 16.3. A não apresentação dos referidos documentos no prazo indicado determina a caducidade do direito à atribuição do financiamento, exceto se o beneficiário demonstrar fundamentadamente que tal impossibilidade não lhe é imputável.
- 16.4. Após a receção dos documentos indicados no número anterior, é celebrado contrato que estabelece as condições específicas do financiamento.
- 16.5. O Fundo Ambiental comunica com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.
- 16.6. O direito à atribuição do financiamento caduca se, por facto que lhe seja imputável, o beneficiário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, bem como no caso dos beneficiários não se terem constituído em consórcio.
- 16.7. O contrato poderá ser excepcionalmente outorgado pelas partes, nos 2 (dois) dias úteis imediatamente seguintes ao dia inicialmente agendado para a sua outorga, desde que prévia e devidamente justificado pelo beneficiário e aceite pelo Fundo Ambiental.

17. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 17.1. O financiamento aprovado para as candidaturas é atribuído nas seguintes condições:
 - 17.1.1. Até 60 % mediante pedido de pagamento dirigido ao Fundo Ambiental;
 - 17.1.2. O remanescente, ou 100 %, no caso de o beneficiário optar por apenas um pedido de pagamento, após a apresentação do Relatório de Execução do Projeto.
- 17.2. O pedido de pagamento final é efetuado com a entrega pelo beneficiário do Relatório de Execução do Projeto referido no ponto 8, com a estrutura constante do anexo I ao presente Aviso, acompanhado dos comprovativos de execução material e financeira associados às respetivas ações previstas na candidatura aprovada e nos termos do contrato celebrado.
- 17.3. O financiamento visa o reembolso de até 95% dos custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos.
- 17.4. O Fundo Ambiental dispõe de um prazo de 15 (quinze) dias úteis para validar e aprovar, quer o Relatório de Progresso, quer o Relatório de Execução do Projeto.

18. DESISTÊNCIAS

- 18.1. A desistência da candidatura deve ser comunicada por escrito ao Fundo Ambiental.
- 18.2. A desistência da candidatura durante a fase de análise, avaliação e seleção dá lugar à sua exclusão da lista de candidaturas admitidas.
- 18.3. A desistência de candidatura elegível para financiamento, após a aprovação do Relatório Final pode dar lugar à seleção da candidatura mais bem posicionada entre as candidaturas elegíveis não financiadas.
- 18.4. A desistência de candidatura após a outorga do contrato de financiamento consubstancia uma situação de incumprimento contratual.

19. INCUMPRIMENTO

O incumprimento das condições especificadas neste Aviso e no contrato a celebrar, bem como a não utilização do financiamento ou a sua utilização incorreta, dá lugar à devolução do financiamento.

20. ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES

Os pedidos de informação ou de esclarecimento devem ser dirigidos para o endereço eletrónico: geral@fundoambiental.pt.

21. DIVULGAÇÃO PÚBLICA DOS RESULTADOS E RELATÓRIO FINAL

- 21.1. O Fundo Ambiental assegura a comunicação, promoção e divulgação pública do programa deste Aviso, bem como dos resultados obtidos ao longo de todo o período de execução do programa.
- 21.2. O Fundo Ambiental produz um Relatório Final com os resultados da implementação deste Aviso, que deve incluir os montantes financiados, o número de candidaturas financiadas e uma estimativa dos benefícios ambientais, sociais e económicos.
- 21.3. O Fundo Ambiental pode promover uma sessão pública de apresentação do Relatório Final de execução deste Aviso.

22. PUBLICITAÇÃO

- 22.1. Ao aceitar o financiamento do Fundo Ambiental, o beneficiário autoriza tornar pública a informação produzida e financiada ao abrigo do Fundo, assim como autoriza o Ministério do Ambiente e Energia a fazer dela uso não comercial em iniciativas futuras.
- 22.2. Os beneficiários devem fazer referência ao financiamento do Fundo Ambiental em todas as ações de divulgação pública da respetiva iniciativa, de acordo com as orientações a fornecer pelo Fundo Ambiental.
- 22.3. Todos os materiais de comunicação, marketing e publicidade eventualmente produzidos pelos beneficiários devem incluir o logótipo do Fundo Ambiental.

A Ministra do Ambiente e Energia,
Maria da Graça Carvalho

Anexo I

ESTRUTURA DOS RELATÓRIOS DE PROGRESSO E DE EXECUÇÃO DO PROJETO

Os Relatórios de Progresso e de Execução do Projeto deverão descrever todas as ações desencadeadas, salientando os seguintes fatores:

- a) COLABORAÇÃO: dos agentes envolvidos e suas atribuições, interação e partilha de informação;
- b) SUSTENTABILIDADE: descrição do contributo face aos objetivos nacionais e internacionais, em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade;
- c) COMUNICAÇÃO: descrição das iniciativas de comunicação e de divulgação dos resultados associados e dos principais impactos;
- d) MONITORIZAÇÃO: monitorização dos indicadores de desempenho e de monitorização/impacto.

	N.º de candidatura	2025
Nome da Entidade Líder		
Nome do Projeto		
Identificação do polo de receção ou do centro de recuperação		
Duração do projeto	Início:	Conclusão:

- 1. Sumário executivo
(em português, máximo de 1 página)
- 2. Âmbito do projeto
- 3. Localização
- 4. Objetivos alcançados
(descrição dos objetivos gerais e específicos do projeto)
- 5. Metodologia
- 5.1. Descrição e explicação do conceito e da abordagem das atividades executadas
- 5.2. Adequação das atividades aos resultados pretendidos
- 5.3. Contributo para o cumprimento dos compromissos nacionais e internacionais no domínio da proteção e conservação da natureza e da biodiversidade, designadamente eixos temáticos

6. Abrangência do projeto

6.1. Área de intervenção	Objetivos	Medidas
(...)		

6.2. Entidades envolvidas	Locais/regionais	Nacionais
(...)		
Subtotal		
TOTAL		

7. Equipa Técnica

(experiência, diversidade e capacidade operacional da equipa)

7.1. Equipa técnica	N.º de Homens	N.º de Mulheres
(...)		
TOTAL POR GÉNERO		
TOTAL		

8. Execução técnica do projeto

8.1. Ações executadas / resultados / produtos			
Ações executadas	Data de execução	Resultados alcançados	Produtos (1) (registo fotográfico, vídeos, publicações, materiais de suporte, didáticos, seminários, entre outros)
(...)			

8.2. Indicadores de Realização		
Área total alvo de requalificação	Incremento da área total afeta ao centro de recuperação / polo de receção	% da área de contenção de espécimes alvo de requalificação
(...)		

8.3. Avaliação das ações executadas, incluindo a sua análise estatística

8.4. Divulgação do projeto

8.5. Áreas-chave abordadas e tipologias abrangidas

8.6. Impacto do projeto
Descreva os indicadores de desempenho e de monitorização/resultados e seu impacto.

8.7. Medidas de projeção e multiplicação
Identificar as mais valias com interesse para ampliar os benefícios associados ao projeto

8.8. Parceiros do projeto
Descrever o apoio dos parceiros ou das entidades associadas (ao nível técnico, logístico e/ou financeiro)

9. Durabilidade / Sustentabilidade do projeto

(benefícios gerados após final do projeto)

10. Desvios na execução do projeto

Descreva os desvios na execução do projeto e justifique (por exemplo, destinatários, local, custos, etc.)

11. Síntese da execução financeira do projeto

Custo total do projeto em candidatura	€
Custo total da execução do projeto	€
Valor do apoio financeiro do Fundo Ambiental	€

Percentagem do apoio financeiro do Fundo Ambiental face ao custo total da execução	%
--	---

12. Execução financeira do projeto

Rúbrica	Descrição	Quantidade	Montante €
(...)			
Total			0

13. Observações

14. Anexos

(Listagem)

Assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) da entidade
--

O(s)/A(s), abaixo-assinado(s)/a(s), declara(m), sob compromisso de honra, que os documentos e ações descritas neste relatório correspondem a informação verdadeira.

___ / ___ / 2025 _____

A(s) assinatura(s) deve(m) ser autenticada(s) com carimbo ou selo branco e todas as folhas devem ser rubricadas.

Cargo: _____

Nome: _____

(1) Devem ser enviados ao Fundo Ambiental como complemento deste relatório

Anexo II

REFERENCIAL DE ANÁLISE DE MÉRITO DAS CANDIDATURAS À REQUALIFICAÇÃO

Critério	Ponderação
A. Convergência do projeto com a missão do polo de receção ou do centro de recuperação para a fauna para onde é proposto.	15%
B. Custo e exequibilidade.	40%
C. Plano de implementação do projeto (plano temporal e económico).	25%
D. Conceção, justificação e qualidade técnica da proposta.	20%
Total	100%

A pontuação dos critérios de avaliação é atribuída numa escala de 0 a 5, conforme a seguinte fórmula:

$$\text{Pontuação Global} = [A \times 0,15 + B \times 0,40 + C \times 0,25 + D \times 0,20]$$

Em caso de empate será considerada a pontuação mais elevada no critério com a maior ponderação pela ordem seguinte:

1.º - Critério C
2.º - Critério D
3.º - Critério B
4.º - Critério A

	Pontuação Global:		0,00
N.º candidatura:			
Designação do beneficiário:			
Nome do projeto:			
CRITÉRIOS DE PONDERAÇÃO		%	
A. Convergência do projeto com a missão do polo de receção ou do centro de recuperação para a fauna para onde é proposto (objetivos nacionais e europeus em matéria de recuperação de animais selvagens, designadamente, respondendo a exigências de carácter regulamentar, éticas e outras, quanto a assegurar adequadamente o tratamento, o bem-estar, a recuperação e, sempre que possível a restituição ao meio natural)		15,00	
O projeto converge para os seis objetivos da RNCRF - (1) sempre que possível, devolver os animais recuperados ao seu habitat natural de origem e, sempre que possível ou justificável, acompanhar a sua readaptação ao meio selvagem; (2) permitir o eficiente acolhimento e recuperação, física e comportamental, dos animais selvagens de fauna indígena ou naturalizada, recolhidos; (3) contribuir para ações de conservação da natureza (designadamente ex situ); (4) compilar e disponibilizar a informação relativa aos espécimes recuperados; (5) contribuir para o conhecimento científico e para a promoção da educação ambiental; (6) contribuir para a vigilância sanitária da fauna indígena ou naturalizada - previstos no Artigo 3.º da Portaria n.º 1112/2009, de 28 de setembro			5,00
O projeto converge para quatro dos anteriores objetivos			3,00
O projeto converge para dois dos anteriores objetivos			2,00
Total parcial			0,00
B. Custo e exequibilidade		40,00	
B.1 - Indicador: [Financiamento solicitado (€) /n.º objetivos para os quais o projeto converge (máximo 6, conforme critério A)] /1000		0,60	
Se ≤ 7			5,00
Se >7 e ≤ 8			4,00
Se >8 e ≤ 10			3,00
Se >10 e ≤ 13			2,00
Se >13 e ≤ 20			1,00
Se >20			0,00
Total parcial			0,00
B.2 - Grau de exequibilidade		0,40	
Evidencia total probabilidade de concretização			5,00
Evidencia média probabilidade de execução			3,00
Evidencia reduzida probabilidade de execução			2,00
Total parcial			0,00
C. Plano de implementação do projeto (plano temporal e económico)		25,00	
C. 1 Plano temporal		0,30	
Muito boa/adequada planificação das ações/atividades a desenvolver, face aos objetivos a atingir ao longo do projeto			5,00
Mediana planificação das ações/atividades a desenvolver face aos objetivos a atingir ao longo do projeto			3,00
Débil planificação das ações/atividades a desenvolver face aos objetivos a atingir ao longo do projeto			2,00
Total parcial			0,00
C. 2 Plano económico - razoabilidade e coerência do orçamento face às atividades e objetivos propostos		0,70	
Plano económico bem estruturado e recursos atribuídos nitidamente em linha com as atividades a realizar e objetivos propostos			5,00
Plano económico razoável e recursos atribuídos em linha com as atividades a realizar e objetivos propostos			3,00
Plano económico claramente incoerente e incompleto e recursos atribuídos manifestamente insuficientes, face às atividades e objetivos propostos			2,00
Total parcial			0,00

D. Conceção, justificação e qualidade técnica da proposta	20,00		
D.1 Justificação da proposta	0,40		
Proposta muito clara, muito bem estruturada e justificada e reveladora de elevada qualidade e eficácia do plano de trabalhos		5,00	
Proposta clara, bem estruturada e justificada e reveladora de qualidade e eficácia do plano de trabalhos		3,00	
Proposta algo confusa, com estrutura e justificação com lacunas, e que revela alguma qualidade e eficácia do plano de trabalhos		2,00	
Total parcial		0,00	
D.2 Qualidade técnica da proposta	0,15		
Excelente qualidade técnica		5,00	
Boa qualidade técnica		3,00	
Alguma qualidade técnica		2,00	
Total parcial		0,00	
D.3 Adequação aos objetivos/resultados	0,15		
Soluções claramente adequadas aos objetivos/resultados		5,00	
Soluções adequadas aos objetivos/resultados		3,00	
Algumas soluções adequadas aos objetivos/resultados		2,00	
Total parcial		0,00	
D.4 Replicabilidade	0,15		
Total viabilidade da sua aplicação noutros centros de recuperação para a fauna		5,00	
Bastante viabilidade de aplicação noutros centros de recuperação para a fauna		3,00	
Alguma viabilidade de aplicação noutros centros de recuperação para a fauna		2,00	
Total parcial		0,00	
D.5 Interdisciplinaridade	0,15		
Abordagens totalmente interdisciplinares		5,00	
Bastantes abordagens interdisciplinares		3,00	
Algumas abordagens interdisciplinares		2,00	
Total parcial		0,00	
A. Convergência do projeto com a missão do polo de receção ou do centro de recuperação para a fauna para onde é proposto	15%	0,00	
B. Custo e exequibilidade	40%	0,00	
C. Plano de implementação do projeto (plano temporal e económico)	25%	0,00	
D. Conceção, justificação e qualidade técnica da proposta	20%	0,00	
Pontuação Global		0,00	
Pontuação Global = [A x 0,15 + B x 0,40 + C x 0,25 + D x 0,20]			
Nota:			

Anexo III

REFERENCIAL DE ANÁLISE DE MÉRITO DAS CANDIDATURAS AO FUNCIONAMENTO

Critério	Ponderação
A. Convergência do projeto com a missão do centro de recuperação para a fauna para onde é proposto.	40%
B. Custo e exequibilidade.	15%
C. Plano de implementação do projeto (plano temporal e económico).	20%
D. Conceção, justificação e qualidade técnica da proposta.	25%
Total	100%

A pontuação dos critérios de avaliação é atribuída numa escala de 0 a 5, conforme a seguinte fórmula:

$$\text{Pontuação Global} = [A \times 0,40 + B \times 0,15 + C \times 0,20 + D \times 0,25]$$

Em caso de empate será considerada a pontuação mais elevada no critério com a maior ponderação pela ordem seguinte:

1.º - Critério A
2.º - Critério D
3.º - Critério C
4.º - Critério B

	Pontuação Global:		0,00
N.º candidatura:			
Designação do beneficiário:			
Nome do projeto:			
CRITÉRIOS DE PONDERAÇÃO	%		
A. Convergência do projeto com a missão do centro de recuperação para a fauna para onde é proposto (objetivos nacionais e europeus em matéria de recuperação de animais selvagens, designadamente, respondendo a exigências de carácter regulamentar, éticas e outras, quanto a assegurar adequadamente o tratamento, o bem-estar, a recuperação e, sempre que possível a restituição ao meio natural)	40,00		
O projeto converge para os seis objetivos da RNCRF - (1) sempre que possível, devolver os animais recuperados ao seu habitat natural de origem e, sempre que possível ou justificável, acompanhar a sua readaptação ao meio selvagem; (2) permitir o eficiente acolhimento e recuperação, física e comportamental, dos animais selvagens de fauna indígena ou naturalizada, recolhidos; (3) contribuir para ações de conservação da natureza (designadamente <i>ex situ</i>); (4) compilar e disponibilizar a informação relativa aos espécimes recuperados; (5) contribuir para o conhecimento científico e para a promoção da educação ambiental; (6) contribuir para a vigilância sanitária da fauna indígena ou naturalizada - previstos no Artigo 3.º da Portaria n.º 1112/2009, de 28 de setembro		5,00	
O projeto converge para quatro dos anteriores objetivos		3,00	
O projeto converge para dois dos anteriores objetivos		2,00	
O projeto não converge para nenhum dos anteriores objetivos		0,00	
Total parcial		0,00	
B. Custo e exequibilidade			
B.1 - Indicador: [Financiamento solicitado (€) /n.º objetivos para os quais o projeto converge (máximo 6, conforme critério A)] /1000	0,60		
Se ≤ 7		5,00	
Se >7 e ≤ 8		4,00	
Se >8 e ≤ 10		3,00	
Se >10 e ≤ 13		2,00	
Se >13 e ≤ 20		1,00	
Se >20		0,00	
Total parcial		0,00	
B.2 - Grau de exequibilidade	0,40		
Evidencia total probabilidade de concretização		5,00	
Evidencia média probabilidade de execução		3,00	
Evidencia reduzida probabilidade de execução		2,00	
Evidencia probabilidade de execução nula		0,00	
Total parcial		0,00	
C. Plano de implementação do projeto (plano temporal e económico)	20,00		
C. 1 Plano temporal	0,30		
Muito boa/adequada planificação das ações/atividades a desenvolver, face aos objetivos a atingir ao longo do projeto		5,00	
Mediana planificação das ações/atividades a desenvolver face aos objetivos a atingir ao longo do projeto		3,00	
Débil planificação das ações/atividades a desenvolver face aos objetivos a atingir ao longo do projeto		2,00	
Inexistente planificação das ações/atividades a desenvolver face aos objetivos a atingir ao longo do projeto		0,00	
Total parcial		0,00	
C. 2 Plano económico - razoabilidade e coerência do orçamento face às atividades e objetivos propostos	0,70		
Plano económico bem estruturado e recursos atribuídos nitidamente em linha com as atividades a realizar e objetivos propostos		5,00	
Plano económico razoável e recursos atribuídos em linha com as atividades a realizar e objetivos propostos		3,00	
Plano económico claramente incoerente e incompleto e recursos atribuídos manifestamente insuficientes, face às atividades e objetivos propostos		2,00	
Plano económico inexistente		0,00	

Total parcial		0,00	
D. Conceção, justificação e qualidade técnica da proposta	25,00		
D.1 Justificação da proposta	0,40		
Proposta muito clara, muito bem estruturada e justificada e reveladora de elevada qualidade e eficácia do plano de trabalhos		5,00	
Proposta clara, bem estruturada e justificada e reveladora de qualidade e eficácia do plano de trabalhos		3,00	
Proposta algo confusa, com estrutura e justificação com lacunas, e que revela alguma qualidade e eficácia do plano de trabalhos		2,00	
Proposta confusa, com estrutura e justificação débeis, e que revela fraca qualidade e eficácia do plano de trabalhos		0,00	
Total parcial		0,00	
D.2 Qualidade técnica da proposta	0,15		
Excelente qualidade técnica		5,00	
Boa qualidade técnica		3,00	
Alguma qualidade técnica		2,00	
Sem qualidade técnica		0,00	
Total parcial		0,00	
D.3 Adequação aos objetivos/resultados	0,15		
Soluções claramente adequadas aos objetivos/resultados		5,00	
Soluções adequadas aos objetivos/resultados		3,00	
Algumas soluções adequadas aos objetivos/resultados		2,00	
Sem soluções adequadas aos objetivos/resultados		0,00	
Total parcial		0,00	
D.4 Replicabilidade	0,15		
Total viabilidade da sua aplicação noutros centros de recuperação para a fauna		5,00	
Bastante viabilidade de aplicação noutros centros de recuperação para a fauna		3,00	
Alguma viabilidade de aplicação noutros centros de recuperação para a fauna		2,00	
Sem viabilidade de aplicação noutros centros de recuperação para a fauna		0,00	
Total parcial		0,00	
D.5 Interdisciplinaridade	0,15		
Abordagens totalmente interdisciplinares		5,00	
Bastantes abordagens interdisciplinares		3,00	
Algumas abordagens interdisciplinares		2,00	
Sem abordagens interdisciplinares		0,00	
Total parcial		0,00	
A. Convergência do projeto com a missão do centro de recuperação para a fauna para onde é proposto	40%	0,00	
B. Custo e exequibilidade	15%	0,00	
C. Plano de implementação do projeto (plano temporal e económico)	20%	0,00	
D. Conceção, justificação e qualidade técnica da proposta	25%	0,00	
Pontuação Global		0,00	
Pontuação Global = [A x 0,40 + B x 0,15 + C x 0,20 + D x 0,25]			
Nota:			